

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1442666 - SP  
(2019/0024523-8)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : DANIELA MOREIRA ROSA**  
**ADVOGADOS : FERNANDO MAURO BARRUECO E OUTRO(S) -**  
SP162604  
ANDRE DOS SANTOS ANDRADE - SP300217  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : DEBORA MENDONÇA TELES - SP146834**  
RAFAEL MARTINS PINTO DA SILVA - RS064009  
DENISE ARENT MIOTTO E OUTRO(S) - SP175339  
ANNA CAROLLINE NEVES RIBEIRO - SP404944

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. *ASTREINTES*. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO VEDAÇÃO.

1. Ação declaratória, em fase de cumprimento de sentença.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. É lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 537 do CPC/2015, a requerimento da parte ou de ofício, alterar o valor e a periodicidade da multa, quando entender ser esta insuficiente ou excessiva. Precedentes do STJ.
4. A jurisprudência desta Casa é iterativa no sentido de que a decisão que comina a multa não preclui nem faz coisa julgada material. Assim, é possível a modificação do valor dessa sanção até mesmo de ofício, a qualquer tempo, inclusive na fase de execução, quando irrisório ou exorbitante.
5. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrigli  
Relatora